

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS**

DÉBORA GABRIELA MACHADO PEDRA

**ENSINO DE ARTES VISUAIS NO NOVO ENSINO MÉDIO:
o que dizem os docentes?**

**Porto Alegre
2024**

DÉBORA GABRIELA MACHADO PEDRA

**ENSINO DE ARTES VISUAIS NO NOVO ENSINO MÉDIO:
o que dizem os docentes?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado sob orientação da Prof^a Dorcas Weber.

Porto Alegre

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

PEDRA, DÉBORA GABRIELA MACHADO
ENSINO DE ARTES VISUAIS NO NOVO ENSINO MÉDIO: o que
dizem os docentes? / DÉBORA GABRIELA MACHADO PEDRA. --
2024.
40 f.
Orientadora: Dorcas Weber.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Artes, Licenciatura em Artes Visuais, Porto Alegre,
BR-RS, 2024.

1. Ensino de artes visuais. 2. Novo Ensino Médio.
3. Docentes. I. Weber, Dorcas, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Apresentar esta pesquisa é chegar ao fim de uma meta com a qual me comprometi há uns anos atrás. E pela qual me acompanhou em muitas mudanças ocorridas na minha vida pessoal e profissional.

Por isto, agradeço, reconheço e dou graças:

À Deus, pelas bênçãos que me concede e por estar comigo a todo tempo. Pois sem ele não teria nem seria o que hoje tenho e sou.

À minha família, em especial aos meus pais, manifesto minha profunda gratidão. Pela crença que me passaram do poder transformador dos estudos, foram motores que impulsionaram este caminho.

Ao meu noivo, Jorge William, pela cumplicidade, incentivo e pelo apoio para a concretização do final da graduação.

A todos os alunos, crianças e adolescentes nas escolas nas quais tive experiências, que com seus olhos e perguntas curiosas despertaram em mim o questionamento e a motivação que moveram esta pesquisa. E junto com elas, às professoras, professores, coordenadoras e diretoras dessas instituições e as que participaram desta pesquisa, deixo meu reconhecimento pelo inspirador exemplo de perseverança nesta profissão desafiadora.

E por fim, mas não menos importante, a orientadora desta pesquisa, Dorcas Weber por suas indicações construtivas, por sua disponibilidade em orientar a escrita desse trabalho de conclusão do curso. E por me compreender por ser estudante trabalhadora. Com certeza sem ela esta pesquisa teria tomado um rumo diferente, pois ela tornou essa caminhada mais leve e significativa.

RESUMO

Este trabalho propôs compreender o Novo Ensino Médio em implementação no Brasil. Durante o curso de licenciatura em Artes Visuais, em vários momentos, se problematizou a documentação legal que trouxe mudanças na Educação Básica, em especial no Ensino Médio. Mesmo com as discussões, a inquietação sobre o que vinha ocorrendo nas escolas e na prática docente, a partir dessas mudanças, se manteve e mobilizou esta pesquisa. Para sua realização buscou-se em autoras Barbosa e Coutinho entender os processos que envolvem o ensino de Arte na educação formal; e em documentos legais, como a Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular Gaúcho suporte para compreender o que está sendo proposto hoje a partir da documentação oficial. Ainda, para vislumbrar o que, de fato, vem acontecendo nas escolas, foram realizadas entrevistas com docentes do município de Novo Hamburgo/RS. Ao final, percebeu-se que o processo, até mesmo por estar em andamento, tem se caracterizado por cansativo e confuso. A implementação do Novo Ensino Médio nas escolas aponta alunos, docentes e instituições sobrecarregadas e tentando cumprir a legislação do modo que é possível em tempo curto, sem muita reflexão e compreensão sobre o que de fato se propõe.

Palavras-chave: Ensino de artes visuais; Novo Ensino Médio; Docentes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 A OBRIGATORIEDADE DA ARTE NO ENSINO FORMAL	09
2 O NOVO ENSINO MÉDIO	12
3 ENSINO DA ARTE NO NOVO ENSINO MÉDIO	16
4 PANORAMA DO ENSINO DE ARTE NO NOVO ENSINO MÉDIO	
olhar do professor	18
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE	40

INTRODUÇÃO

Como estudante do curso de Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, prestes a se formar como professora, tenho escutado muitas discussões sobre o Novo Ensino Médio e entendo que elas são pertinentes e estão se tornando cada vez mais próximas da minha futura área de atuação. Mas, apesar das discussões, ainda restam dúvidas sobre quais as modificações da reforma e as suas mudanças, não apenas nos documentos mas na rotina e carreira escolar dos professores de Artes. Portanto, foram estas que motivaram a escolher este tema como assunto de pesquisa neste trabalho de final de curso.

Trago a seguir algumas questões me inquietavam e que motivaram meu percurso nesta pesquisa, por isso, considero relevantes compartilhá-las aqui:

O que é o Novo Ensino Médio?

Como a disciplina de Artes Visuais se insere na sua estrutura curricular?

Quais são os impactos da implementação do Novo Ensino Médio na rotina dos professores de Artes nas escolas do município de Novo Hamburgo?

Como as mudanças afetaram suas práticas pedagógicas, carga horária e planejamento de aulas?

Como os professores estão compreendendo e agindo no Novo Ensino Médio?

Essas perguntas moveram na direção do objetivo desta pesquisa que foi de compreender de que modo o ensino de Arte está previsto no documento referencial do novo Ensino Médio (Lei 13.415/17) buscando entender sua implementação na rotina escolar de professores de Artes Visuais do município de Novo Hamburgo.

Para alcançar este entendimento organizei o trabalho em etapas distintas, uma teórica que abrangeu compreender a proposta do componente curricular Arte no Novo Ensino Médio por meio do estudo dos documentos legais; e a outra etapa prática, buscando por meio de entrevistas com docentes envolvidos no processo na escola, em busca de entender quais as percepções, implicações e mudanças da

implementação da nova proposta para o ensino, na rotina dos professores de Artes Visuais do município de Novo Hamburgo.

Este trabalho adquire relevância ao buscar compreender o documento norteador da educação, com olhar específico sobre o ensino de Artes Visuais, a Base Nacional Comum Curricular e outros documentos que sistematizam o Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul, a fim de contribuir para uma compreensão mais aprofundada do cenário, mesmo que ainda esteja em debate.

Além disso, a nova organização pode ter um impacto significativo na rotina escolar, nos planejamentos de aulas, na carga horária e empregabilidade no mercado de trabalho, considerando que a mudança tem impacto tanto no ensino quanto na carreira dos professores de Artes e nos estudantes de licenciatura em Artes Visuais. Diante dessas mudanças, a pesquisa buscou refletir sobre as possibilidades e desafios no ensino da disciplina no Ensino Médio, tornando-se relevante para a comunidade educacional e para o ensino de arte. Atento que o foco no contexto do município de Novo Hamburgo se dá por ser este o município onde resido e, portanto, espero que seja também o meu contexto de atuação docente em breve. Além do contexto geográfico, vale lembrar ao leitor que esta pesquisa foi realizada no ano de 2023, período em que ainda ocorriam mudanças na documentação legal que orientava as instituições para a sistematização do Ensino Médio. Neste sentido, esta é uma pesquisa pontual, que abarca um fragmento, uma parte do processo com um recorte temporal e local.

1 A OBRIGATORIEDADE DA ARTE NO ENSINO FORMAL

Para que possamos refletir a construção do componente curricular Arte e entender as práticas pedagógicas nele envolvidas, é importante trazer uma breve história da obrigatoriedade do ensino de Arte no ensino formal.

Barbosa (2008) aponta que as escolinhas de Artes e ateliês para crianças, começaram a surgir por volta de 1947 e influenciaram muito para a construção da disciplina Artes na escola. Aos poucos, naquela época, colaboraram para expandir as ideias e teorias de experimentações das crianças com materiais diversos. Depois disso, em 1958, foi criada uma lei federal que regulamentou a construção de classes experimentais, que vieram mais para frente a se tornarem as bases para a construção da Arte nos currículos escolares.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - LDB (5.692/71), implementada em 1971 durante a ditadura militar, a Arte, tornou-se obrigatória nos diferentes níveis escolares, na época denominados de 1º e 2º graus. O ensino de Arte passou a ter um direcionamento para a profissionalização, abordando assuntos mais técnicos voltados para as indústrias e com a ideia de que ao final o aluno tivesse obtido acesso a maior variedade de técnicas, materiais de desenho e pintura. Ainda, na mesma época, o ensino de Arte tinha a nomenclatura de Educação Artística e englobava conhecimentos de distintas áreas como: Teatro, Artes Plásticas e Música. Ademais, em 1973, em resposta à crescente demanda do currículo, foi implantado o curso de Licenciatura em Educação Artística com duração de dois anos, que “preparava” o profissional polivalente para abranger conteúdos de Artes Plásticas, Teatro e Música. Contudo, mesmo diante desses avanços, muitas escolas ainda enfrentavam a carência de profissionais plenamente capacitados para atuar nessa área.

Segundo os estudos de Barbosa e Coutinho (2011), “na década de 1970 a Educação Artística passou a ser obrigatória no ensino formal, carregando, entretanto, uma perspectiva conceitual e ideológica desfavorável configurada pelo tecnicismo e pela polivalência”. Essa polivalência preconizava a exploração dos

profissionais da educação artística que viria a se expandir décadas depois. Barbosa e Coutinho nos dizem, ainda, que:

A Reforma Educacional de 1971 estabeleceu um novo conceito de ensino de arte: a prática da polivalência. Segundo esta reforma, as artes plásticas, a música e as artes cênicas (teatro e dança) deveriam ser ensinadas conjuntamente por um mesmo professor da primeira à oitava séries do primeiro grau. (BARBOSA; COUTINHO, 2011, p. 28)

E foi em 1996, com manifestações sobre a permanência da obrigatoriedade do ensino de Arte no currículo escolar, que a LDB passou a utilizar a nomenclatura Arte para o componente curricular. De acordo com Barbosa (2008), em seguida disso, em 1998, o Governo Federal criou os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, documento no qual o ensino de arte foi descrito abrangendo as quatro áreas; Artes Visuais, Música, Teatro e Dança e teve como referência a Proposta Triangular, desenvolvida por Ana Mae Barbosa, que tem como base a contextualização, apreciação e reflexão. Contudo, a autora aponta que a proposta apresentada nos PCN não seguiu as nomenclaturas que eram utilizadas na Proposta Triangular e, além disso, passaram por algumas modificações dando uma visão de uma educação bancária sobre a proposta, estipulando o tempo que o aluno teria para observar das obras e a conversa a ser seguida depois da observação, a nomenclatura sobre a contextualização foi substituída pela produção. Vale destacar que a presença das quatro linguagens nos PCN, de certo modo, reforçou a ideia de polivalência que vinha sendo criticada por muitos professores de arte.

Em 2015, outro documento regulamentador para o ensino de Arte começou a ser elaborado, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Este é um documento normativo que define um conjunto de aprendizagens para o que deve ser alcançado dentro de salas de aulas. O componente Arte na BNCC abrange as quatro linguagens: Música, Teatro, Dança, e Artes Visuais e, para o Ensino Fundamental, são apresentadas competências e habilidades que refletem aquilo que deve ser desenvolvido pelos alunos. Essas competências indicam os propósitos a serem atingidos pelo aluno nesta etapa educativa.

Com relação à BNCC no contexto do Ensino Médio, o documento está organizado por áreas e o ensino de Arte constitui um conteúdo integrado à área de Linguagens em conjunto com Língua Portuguesa, Educação Física e Língua Inglesa.

Desta forma, o documento não apresenta o ensino de Arte como um componente curricular com carga horária independente pré estabelecida e obrigatória. Ainda, não orienta as instituições sobre qual a formação exigida ao docente para que atue com este conteúdo. Além disso, o texto omite a especificação das áreas das linguagens artísticas, tais como: Artes Visuais, Música, Dança e Teatro, tal como faz para o Ensino Fundamental. Em contraste com o Ensino Fundamental, no qual os componentes curriculares possuem competências e habilidades a serem alcançadas em cada etapa (inicial ou final), no âmbito do Ensino Médio, a BNCC não apresenta a indicação de objetivos de aprendizagem a serem alcançados, especificamente para os conteúdos relacionados à Arte.

2 O NOVO ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio compreende a etapa final da Educação Básica e, assim como os demais níveis educativos, segue a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nos últimos anos mudanças na legislação promoveram várias alterações na estrutura curricular desta etapa da educação formal.

Além da LDB que aponta as diretrizes e bases da educação nacional, estabelecida conforme a Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), em 2018, a criação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o Ensino Médio, trouxe mudanças na estrutura. Segundo o documento, este se constitui como um documento de caráter normativo, que apresenta os principais pontos de funcionamento do processo de ensino-aprendizagem para todas as instituições de ensino do país. Algumas das mudanças, as mais significativas, apresentadas por este documento, no contexto do Ensino Médio, serão detalhadas e comentadas a seguir.

Carga horária

O aumento do tempo mínimo do estudante na escola passou de 800 horas para 1.000 horas anuais e sete horas diárias. O Ensino Médio que antes somava 2400 horas ao longo de três anos, agora, passa a somar 3000 mil horas de aulas ao longo do mesmo período.

Organização curricular

Antes organizado por disciplinas, com a nova regulamentação, o Ensino Médio passa a ser sistematizado em áreas de conhecimento às quais os componentes curriculares estão relacionados, buscando uma quebra com a antiga concepção de disciplinas “compartimentadas”. São elas:

Linguagens e suas tecnologias: composta por Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa.

Matemática e suas tecnologias: composta apenas por Matemática.

Ciências da natureza e suas tecnologias: composta por Física, Química e Biologia.

Ciências humanas e sociais aplicadas: composta de História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Formação técnica e profissional (voltada para a formação técnica, que pode variar de acordo com as opções fornecidas por cada instituição educacional).

Além disso, a BNCC embasa a concepção da organização por áreas, em consonância com o Parecer CNE/CP nº 11/200925, o qual enfatiza que:

não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino (BRASIL, 2009)

Ocorreu uma época em que as áreas de estudo se tornaram cada vez mais isoladas e procuraram se diferenciar umas das outras. No entanto, atualmente estamos testemunhando uma mudança de direção, esta mudança curricular busca uma retomada das trocas entre os campos do conhecimento. Buscando um impacto na valorização da educação abrangente, um ensino mais significativo e interconectado. Já não é apropriado isolar cada disciplina em seu compartimento, mas sim promover o diálogo, explorando as semelhanças e os conhecimentos complementares.

Também, nesta nova proposta de currículo, as disciplinas de Português e Matemática são disciplinas essenciais e compreendidas como obrigatórias no currículo e as outras áreas de conhecimento como: Artes, Educação Física, Filosofia, Geografia, Física, Biologia, Química, Sociologia e História não estão caracterizadas como disciplinas específicas obrigatórias para os alunos.

Itinerários formativos

De acordo com Ministério da Educação (2018), o novo currículo é formado por um eixo flexível, das 3000 mil horas totais de aulas nos três anos de Ensino Médio, 1200 horas, que devem ser dedicadas à disponibilidade dos denominados "itinerários formativos". Estes constituem uma formação separada da obrigatória na

qual o aluno pode selecionar a área de conhecimento ou formação técnica para aprofundar seus estudos de acordo com suas preferências e seus objetivos.

A BNCC (2018) aponta que as escolas ofereçam pelo menos um “itinerário formativo” aos educandos. Com o intuito de dar ênfase ao Protagonismo Juvenil a partir de suas escolhas, em que o estudante pode escolher a área de conhecimento ou formação técnica para percorrer um caminho formativo. Essa oferta depende da capacidade das instituições de ensino. Os eixos para os itinerários são compostos por quatro estruturas como mostrado abaixo retirados da BNCC (Brasil, 2018):

I – investigação científica: supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade;

II – processos criativos: supõem o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas para a resolução de problemas identificados na sociedade;

III – mediação e intervenção sociocultural: supõem a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade;

IV – empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12, § 2º).

Nesta estrutura, 1800 horas do currículo escolar do aluno serão constituídas por áreas de conhecimento acima citadas e as demais horas que compõem a totalidade, integram os itinerários formativos que possibilitam a escolha de caminhos diferentes para a formação do jovem. Como aponta o Ministro da Educação Mendonça Filho¹ em entrevista para o site do governo no lançamento da cartilha do Novo Ensino Médio sobre as especificidades das disciplinas de Português e Matemática no currículo:

No Novo Ensino Médio a oferta de língua portuguesa e matemática será obrigatória, ano a ano, durante os três anos do ensino médio. As demais disciplinas da Base Comum poderão ser ministradas conforme determinação das redes e das próprias escolas.

¹ Atuou como Ministro da Educação entre 2016 e 2018.

De acordo com o MEC, o projeto busca uma educação equitativa de forma a tornar mais interessante para os jovens, que eles possam construir seus roteiros e se identificar e se aprofundar em seus estudos. A mudança, tem foco na qualificação para o mercado de trabalho e na construção de um cidadão em seu pleno exercício de cidadania

Estas mudanças no Ensino Médio, segundo o Ministério da Educação², se dão por dois motivos: a baixa qualidade da educação nesta etapa tendo como justificativa o currículo em um formato de modelo único no Ensino Médio; e, os altos índices de reprovação e evasão escolar. O secretário de Educação Básica do MEC, Rossieli Soares da Silva, assinala que a reforma do Ensino Médio no Brasil inspira-se em modelos já adotados por outros países³.

² Extraído em:

<https://www.google.com/url?q=http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/novo-ensino-medio&sa=D&source=docs&ust=1705338800364139&usg=AOvVaw2op-vRzrQqwPjhilo56lC5>. Acesso em 08 dez. 2023.

³ Extraído em

<https://www.google.com/url?q=http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id%3D42861:mudancas-focam-no-protagonismo-dos-jovens-e-investem-em-novas-possibilidades-de-formacao&sa=D&source=docs&ust=1705338800395884&usg=AOvVaw3ibd3KhU3RA43Vwliom67b>. Acesso em 08 dez. 2023.

3 ENSINO DA ARTE NO NOVO ENSINO MÉDIO

Segundo a Base Nacional Comum Curricular o ensino de arte está presente na área de conhecimento “Linguagens e suas tecnologias” e “prevê o aprofundamento na pesquisa e no desenvolvimento de processos de criações autorais nas linguagens das artes visuais, do audiovisual, da dança, do teatro, das artes circenses e da música” (BRASIL 2018). Ainda, é interessante dizer que os conteúdos de Arte podem estar, também, nos itinerários formativos. Com isso, pode aparecer em dois momentos no novo currículo, tanto na formação geral básica como nos itinerários formativos abordando tópicos mais específicos.

No contexto do tema abordado, o artigo intitulado "O componente curricular Arte no contexto do Novo Ensino Médio – abordagem, desafios e perspectivas" de Edvaldo Carvalho (2022) esclarece algo importante referente a disciplina de Artes para que possamos antes de falar sobre o tema entender que

é necessário antes de comparar a BNCC com o cotidiano escolar, levar em conta a rede de ensino, o currículo de referência de cada estado e a margem de flexibilidade curricular permitida pela lei no que se refere, pois é possível que o componente não se encontre na estrutura de uma disciplina, pois algumas escolas podem optar por trabalhar os conteúdos de Artes, Educação física, Filosofia, Sociologia e História de forma transversal dentro de outras disciplinas. (CARVALHO, 2022. Extraído em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/39/o-componente-curricular-arte-no-contexto-do-novo-ensino-medio-r-abordagem-desafios-e-perspectivas>. Acesso em 21 ago 2023.)

Desta forma, pode-se entender que a BNCC na etapa do Ensino Médio trata os conteúdos de Arte em articulação com outros conteúdos curriculares, uma vez que não aponta habilidades específicas a serem desenvolvidas em Arte. Contudo, a BNCC coloca habilidades a serem atingidas na área de linguagens, mas sem especificar qual conteúdo específico (Língua Portuguesa, Educação Física, Arte e Inglês). Ou seja, as habilidades podem ser trabalhadas em qualquer ou em vários conteúdos específicos. Vale considerar, ainda, que o documento detalha progressões e habilidades específicas para Língua Portuguesa, da mesma forma que a para matemática, que se encontra sozinha na organização curricular como área de conhecimento. Esta organização deixa margem para que cada instituição, de acordo com seu ponto de vista e com os profissionais que tem à disposição,

organize de formas diferentes seus componentes curriculares que não são especificados como obrigatórios.

Ao lermos a BNCC, notamos que o texto valoriza a Arte em seu currículo para a construção de conhecimento dos jovens;

A Arte contribui para o desenvolvimento da autonomia criativa e expressiva dos estudantes, por meio da conexão entre racionalidade, sensibilidade, intuição e ludicidade. Ela é, também, propulsora da ampliação do conhecimento do sujeito relacionado a si, ao outro e ao mundo. É na aprendizagem, na pesquisa e no fazer artístico que as percepções e compreensões do mundo se ampliam no âmbito da sensibilidade e se interconectam, em uma perspectiva poética em relação à vida, que permite aos sujeitos estar abertos às percepções e experiências, mediante a capacidade de imaginar e ressignificar os cotidianos e rotinas.(BRASIL, 2018⁴)

Até mesmo por ser um documento que se referencia pela Lei de Diretrizes e Bases que diz que:

Na Formação Geral Básica, os currículos e as propostas pedagógicas devem garantir as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. Conforme as DCNEM/18, devem contemplar, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de: [...]

IV - Arte, especialmente em suas expressões regionais, desenvolvendo as linguagens das artes visuais, da dança, da música e do teatro (Brasil, 2018, p. 476).

No entanto, este currículo abre margem para que os professores e a área, que já tem histórico de preconceito e desafios de reconhecimento das aprendizagens artísticas na Educação Nacional, enfrentam talvez mais desafios para terem o espaço de aprendizagem no currículo.

⁴ Extraído em

https://www.google.com/url?q=http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_Ensino_Medio_embaixa_site_110518.pdf&sa=D&source=docs&ust=1705338800303532&usq=AOvVaw28UlaupE3z86t0TnTTFp22. Acesso em 15 jan 2024.

4 PANORAMA DO ENSINO DE ARTE NO NOVO ENSINO MÉDIO - olhar do professor

Com o objetivo de aprofundar nossa compreensão acerca da reorganização dos professores de Artes diante da nova abordagem de ensino, foi elaborado um conjunto de perguntas destinadas aos professores de Artes Visuais que atuam no Ensino Médio do município de Novo Hamburgo. A escolha por este município se deu por ser o local onde moro, trabalho e onde pretendo atuar futuramente como professora de Artes Visuais. As questões elaboradas foram organizadas em forma de questionário com o uso da plataforma Google Forms, a qual possibilitaria a criação e disseminação de um questionário online com questões previamente delineadas. O questionário foi encaminhado a professores de Artes Visuais de três diferentes instituições de ensino, incluindo tanto escolas particulares quanto públicas, no mês de outubro de 2023. Todos os participantes expressaram seu consentimento de forma voluntária ao preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo está disponibilizado no Apêndice 1.

Apenas três docentes responderam ao questionário, duas docentes e um docente, todos formados em Licenciatura em Artes Visuais, com faixa etária entre 30 e 50 anos e que possuem de 5 à 15 anos de experiência na função. Destaca-se que entre os docentes, uma atua em escola privada e os outros dois em escolas públicas. Para guardar as identidades dos educadores, eles serão designados nesta pesquisa como: P1, P2 e P3, correspondendo à ordem em que suas respostas foram recebidas.

A seguir, serão apresentadas as questões do questionário, os resultados e comentários e reflexões feitas a partir das respostas.

Questão: Comente um pouco sobre como foi a implementação do novo Ensino Médio na escola em que você trabalha.

Em resposta à questão, P1 menciona que foram realizados estudos sobre as novas leis e reuniões com todos os professores. Isso mostra um esforço da escola em se

preparar para as mudanças. Ainda, comenta sobre a busca nestas reuniões por ideias coerentes com o perfil da escola, o que pode se considerar positivo pois indica uma adaptação das mudanças às necessidades locais. Vale atentar que este caso se trata de uma escola particular. P2 comenta que foram feitas algumas reuniões sobre o tema, no entanto, a resposta não oferece muitos detalhes sobre os sentimentos ou reações específicas em relação às mudanças. Já P3, expressa sensação de impotência como educador, sugerindo que a implementação do Novo Ensino Médio afetou negativamente a sua motivação e satisfação no trabalho quando diz que as mudanças para o Novo Ensino Médio fizeram

[...] com que todos ou grande maioria da escola se sentissem inseguros, apreensivos, estressados e inquietos. 'Vamos ver no que vai dar'. Na escola que trabalho, tem excelentes professores, realmente preocupados com o futuro dos alunos. O vamos testar para ver, por si só já foi uma indignação. Momento frustrante para mim como educadora de tantos anos em sala, principalmente por me sentir impotente. (P3)

Isso vai ao encontro do que diz Santos (2000)⁵ sobre o fato de algumas atividades que prometem melhorar a qualidade do ensino, mas sem oferecer uma formação adequada, acabam por mudar a realidade do cotidiano da sala de aula, trazendo uma sensação de ineficácia nos processos denominados como mudanças.

Ainda sobre o processo de implementação, P3 traz comentários feitos pelos alunos sobre as mudanças. Alguns questionaram a utilidade de certas matérias com alta carga horária, sugerindo que as mudanças no currículo podem não ser bem recebidas. Além disso, relata, que durante o processo observou alguns alunos "impacientes" pela carga horária aumentada que afetou suas vidas e empregos. Também comentou sobre alunos querendo aulas de Arte como antes, "algo raro de se ver. Mesas da escola a tempo não tão desenhadas. Questionavam matérias 'inúteis' com muita carga horária" (P3).

Assim, podemos perceber que a implementação do Novo Ensino Médio nesta escola de atuação do docente (P3) está na contramão do que diz na BNCC quando se refere que nesta etapa da Educação Básica é importante oportunizar "aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes" (BRASIL, 2018, p. 14).

⁵ Acessado em <https://www.revistaacademicaonline.com/products/a-formacao-continuada-dos-profissionais-docentes/>. (Acesso em 27 nov. 2023)

De modo geral, os docentes, ao comentarem sobre o processo de implementação do Novo Ensino Médio, trouxeram informações sobre reuniões de discussão, sobre a insegurança dos docentes e, em um caso, o posicionamento dos alunos, contudo, percebe-se ausente a questão curricular implicada no processo.

Questão: Você recebeu treinamento ou instrumentalização para esta implementação? Como foi?

Esta questão está relacionada à anterior, uma vez que entende-se ser fundamental obter informações sobre os instrumentos e treinamentos disponibilizados aos professores. Inclusive percebe-se nas respostas dadas e citadas anteriormente que trouxeram questões sobre a preparação para as mudanças.

P1 menciona em sua resposta que a instrumentalização que lhe foi oferecida ocorreu por meio de encontros de estudo entre professores e profissionais convidados indicando assim uma abordagem de colaboração e participação na construção dos itinerários da escola. Isso sugere um envolvimento ativo dos docentes no processo.

Já P2, relata que o treinamento foi "interessante" sem trazer detalhes sobre a ação. Pode-se entender como uma experiência positiva, mas o mesmo não descreveu por meio de qual formato lhe foi oferecido as instrumentalizações para a implementação.

P3 diz ter participado de formação para disciplina que integra os itinerários oferecidos. Ainda destaca a importância do treinamento, mas também menciona desafios, ao relatar que a formação foi boa, mas intensa e que, em conjunto com uma rotina já pesada, tornou-se estressante. Além disso, menciona a importância de uma preparação cuidadosa antes da implementação e destaca a necessidade de consulta aos docentes quando diz:

Penso que toda novidade deve ser bem preparada e instigada aos docentes por primeiro e depois implementada de fato. Desta forma estaríamos mais seguros até para auxiliar na melhor compreensão social do novo projeto. Cobram planejamento do professor, mas fizeram aos trancos e barrancos. Como se fossem novatos e nós como cobaias sem consulta ou opção de escolha. (P3)

De modo geral, percebe-se que os três docentes tiveram algum tipo de treinamento, sendo dois deles relacionados aos itinerários oferecidos pelas escolas. Também destaca-se o comentário do docente atuante em escola particular o qual afirmou ter participado de encontros com outros profissionais, ou seja, houve uma discussão para além da comunidade escolar. E, em um caso, foi destacado que tal formação, junto com as outras atividades docentes, foi algo que sobrecarregou a rotina. Nota-se que os docentes compreendem a importância da formação para a implementação de novidades. Com isso, podemos perceber uma carência na formação para a implementação do Novo Ensino Médio de forma geral, e o foco dos treinamentos nos itinerários, o que leva a pensar que houve uma formação específica voltada ao conteúdo e não a estrutura do NEM. Nota-se com isso a importância de um planejamento adequado e uma introdução gradual de novas iniciativas para garantir a compreensão e segurança dos professores.

Questão: Há algum órgão acompanhando e avaliando a implementação na escola onde atua?

Esta pergunta visou apontar se as escolas em que esses professores desempenham suas funções estão sendo avaliadas por algum órgão ou entidade encarregada. A importância dessa supervisão reside na possibilidade de identificar áreas que demandam aprimoramento ou ajustes, visando a obtenção de resultados mais satisfatórios no processo de aprendizagem dos alunos. A presença de um órgão de supervisão proporciona um mecanismo valioso para garantir que a escola opere de acordo com padrões de qualidade previamente estabelecidos, além de assegurar que os recursos sejam alocados de maneira eficaz.

P1 respondeu a pergunta dizendo que a escola é acompanhada pelos órgãos competentes, mas essa responsabilidade fica mais a cargo dos coordenadores. Isso sugere uma distribuição de responsabilidades na escola, onde a coordenação desempenha um papel central na supervisão e avaliação. No entanto, dessa maneira, torna-se um tanto desafiador determinar se a implementação está sendo verdadeiramente analisada.

P2 simplesmente respondeu "Não", indicando que, de acordo com sua percepção, a escola não está sendo acompanhada e avaliada por nenhum órgão específico.

P3 não deixa claro em sua resposta se há ou não acompanhamento, mas expressou situações conturbadas nas quais dá a entender que há algum tipo de acompanhamento quando cita a presença de tutores. Apesar de não explicar qual a função deste profissional, supõem-se que os tutores estão acompanhando o processo, assim como a sua mantenedora, por meio de lives e reuniões. Este docente demonstra que houve uma pressão adicional e falta de apoio real pelos grupos de WhatsApp, criados para dar suporte. Diz também, notar falta de consideração à realidade dos alunos e destaca que a situação atual é frustrante e que as necessidades da escola e dos alunos estão sendo ignoradas como podemos ver na resposta quando fala do tipo de suporte que a escola vem recebendo: "Desculpe pelo desabafo em tantas palavras, mas estou muito frustrada com o atual suporte do estado.. (P3)"

As respostas dos três docentes refletem a complexidade do acompanhamento e avaliação do processo de implementação do NEM em diferentes escolas. Nota-se que um sugere uma abordagem de coordenação interna; a segunda indica a ausência total; e outro destaca desafios significativos, incluindo a falta de apoio, a percepção de que as necessidades reais da escola e dos alunos não estão sendo atendidas. Interessante problematizar que P2 e P3 atuam em escolas da mesma rede pública, ou seja, há um tratamento diferenciado entre instituições ou um docente não está percebendo as ações ocorridas na escola?

Essas respostas enfatizam a importância em ter abordagens equilibradas e acompanhamento para a implementação de mudanças no contexto escolar e a necessidade de considerar as necessidades dos profissionais da educação, buscando maneiras de melhorar o sistema independente na escola ser pública ou particular.

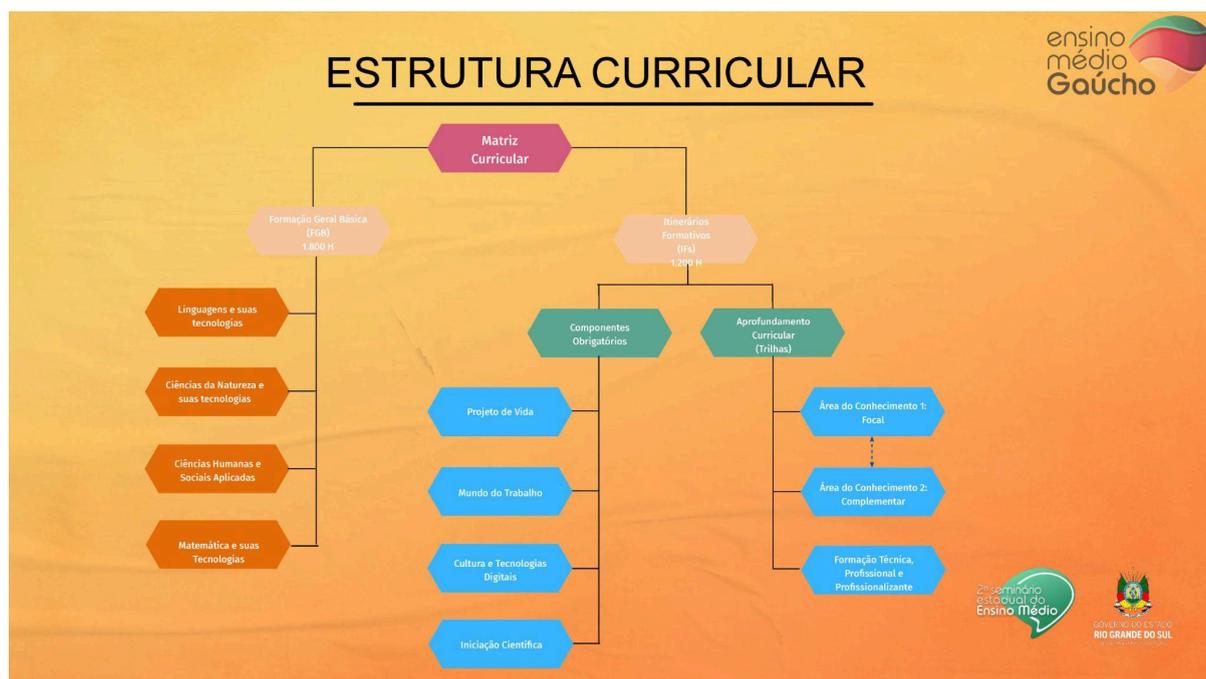
Questão: Comente as principais mudanças que ocorreram no ensino de Artes, com esta implementação na escola onde atua.

Nesta questão, alcançamos o cerne do estudo, que consiste em compreender as alterações ocorridas na estrutura das aulas de Artes no NEM. Para esta questão o docente P1 indica que houve uma redução significativa na quantidade de tempo dedicada à disciplina de Artes, com a carga horária semanal sendo reduzida à metade, passando de dois períodos semanais para apenas um. Além disso, ocorreu uma mudança no conteúdo da disciplina, trazendo maior ênfase na abordagem científica. Particularmente no contexto do itinerário de internacionalização, que aqui se trata de uma escola particular que tem a abordagem bilíngue no currículo da escola. Aqui, não fica evidente se a resposta foca no componente Arte, como questionado, ou se aborda questões relacionadas aos itinerários formativos, que serão trazidos mais adiante.

P2 não indicou em sua resposta mudanças no contexto do ensino de Arte, afirmou apenas que novas disciplinas foram adicionadas ao currículo, sem fornecer detalhes específicos sobre quais são essas disciplinas ou como elas se relacionam com a disciplina de Artes. Considerando que este docente atua em escola da rede pública estadual, vale trazer algumas informações sobre a estruturação do Novo Ensino Médio nesta rede de ensino. A imagem abaixo apresenta a estrutura do NEM, que vem sendo implementado desde 2022. É possível visualizar 04 componentes novos: Projeto de vida; Mundo do trabalho; Cultura e tecnologias digitais; e, Iniciação científica, todos obrigatórios e comuns a todas as instituições dessa rede. Além destas, outros componentes, relacionados às Trilhas de Aprofundamento⁶, podem ser ofertadas de acordo com a escolha de cada instituição, podendo ter componentes que estão relacionados à Arte.

⁶ As Trilhas de Aprofundamento se caracterizam uma temática relacionada às áreas de formação geral e se desdobram em componentes curriculares que apresentam conteúdo específico, relacionado à área de conhecimento, de modo articulado a outra área, buscando integração entre as áreas do conhecimento. “A possibilidade de articulação entre duas áreas de conhecimento favorece o trabalho interdisciplinar e propostas pedagógicas que estejam de acordo com a especificidade, complexidade e diversidade temática que cada escola e cada território escolhem para desenvolver as habilidades e competências em cada estudante.” (Extraído em https://drive.google.com/file/d/1hWsZ_LwrnxzoynNkWhZ3mx6DehlyPmHw/view. Acesso em 13 dez. 2023)

Figura 1. Estrutura curricular da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC



Fonte: Extraído em https://ensinomediogaucho.educacao.rs.gov.br/doctos/seminario_EM.pdf. Acesso em 11 dez. 2023.

O docente P3 afirmou ter recebido um plano regional a ser cumprido, e aponta que os conhecimentos práticos, em especial, técnicos, foram suprimidos no novo projeto de ensino. Além disso, também cita a redução da carga horária na disciplina de Arte no Ensino Médio.

É evidente, por meio das respostas fornecidas pelos professores, que a redução da carga horária assume um papel central nas mudanças ocorridas no componente curricular da Arte. Os docentes trazem ainda outros aspectos relacionados à criação de novas disciplinas, ligadas aos itinerários formativos, mas não apontam suas relações com o ensino de arte.

Questão: Em sua escola são adotados livros didáticos? Se sim, comente um pouco sobre as mudanças percebidas nos livros e o seu uso.

Esta questão está ligada à preparação necessária para a implementação do Novo Ensino Médio, uma vez que os livros didáticos desempenham um papel importante na compreensão dos métodos de ensino que podem ser aplicados em conformidade

com a nova abordagem educacional e a legislação da educação nacional. E vai ao encontro do que diz Edvaldo do Nascimento Carvalho licenciado em Artes Visuais (UNIFAP), e professor de Arte na rede estadual do Amapá em seu artigo “O componente curricular Arte nos livros didáticos do novo Ensino Médio: uma análise da abordagem nos livros de Linguagens, códigos e suas tecnologias”, quando diz:

Ao mesmo tempo que os livros dão auxílio, suporte, acesso à leitura, a imagens, mapas e atividades, eles podem acabar direcionando o trabalho educacional por objetivos predeterminados que podem divergir bastante da didática do professor. Apesar de algumas correntes pedagógicas defenderem abertamente o ensino “livre”, realizado sem uso de livros didáticos, reconhece-se que eles têm forte impacto no processo pedagógico. Seu uso influencia as atividades do professor, o currículo da disciplina, o desempenho do estudante e até mesmo a participação da família. (CARVALHO, 2021⁷)

De acordo com as informações fornecidas pelos docentes, de maneira geral, os livros não são utilizados de modo frequente. Conforme ressaltado na resposta de P1 ao dizer que "são utilizados livros didáticos, mas não para a disciplina de Artes". Vale lembrar que este docente atua em escola privada, na qual os livros são adquiridos pelas famílias quando adotados pelas instituições. Já no contexto da escola pública, P3 respondeu que “sim, temos livros didáticos, mas como vem ao meu ver muito utópicos e muito fora da realidade dos alunos, quase não uso. Vira material de consulta”. Aqui percebe-se que, mesmo não sendo muito utilizado, o fato de ser material de consulta já o coloca como recurso utilizado nas aulas, afinal o livro didático não necessita ser o único recurso didático.

Em um breve olhar em uma das coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD para o período de 2021, pode-se perceber que os livros são organizados em coleções por áreas de conhecimento e não por componente curricular. Na coleção observada, ve-se que cada área de conhecimento está organizada em 6 volumes que pretendem dar conta dos 3 anos do Ensino Médio. No caso do ensino de Arte o conteúdo faz parte dos volumes que correspondem à área de “Linguagens e suas Tecnologias”. Nestes volumes se

⁷ Extraído em

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/21/o-componente-curricular-arte-nos-livros-didaticos-do-novo-ensino-medio-uma-analise-da-abordagem-nos-livros-de-linguagens-codigos-e-suas-tecnologias>. Acesso em 20 outubro 2023.

observou, ainda, a organização em 3 capítulos e, nestes, percebe-se a presença de conteúdos relacionados às Artes Visuais, propostas de estudos de obras e artistas, conteúdos técnicos e proposições de experimentação e produção. Tais conteúdos têm sido apresentados de modo integrado com outras linguagens da arte (Música, Dança e Teatro) e outras áreas de conhecimento que compõem a área de linguagens. Tal observação vai ao encontro com o que P2 observa, ao dizer que os livros estão mais abrangentes e, de fato, estão, pois integram distintos conteúdos de diferentes componentes curriculares. A questão que se coloca é, de que modo os docentes têm compreendido, como tem sido o acesso a este material e, ainda, como têm sido utilizado, pois é distribuído gratuitamente para as escolas públicas, mas parece não fazer parte do cotidiano escolar com frequência.

Questão: Considerando a nova proposta do Ensino Médio, quais são suas principais expectativas, inseguranças e dificuldades em relação ao ensino de Artes Visuais?

Nesta questão, ao saber as expectativas dos docentes podemos lançar luz sobre os objetivos que esperam atingir com as alterações no currículo, enquanto suas inseguranças destacam as preocupações específicas que precisam ser abordadas. Além disso, ao antecipar as dificuldades que podem surgir, é possível obter informações valiosas sobre os desafios práticos que os educadores enfrentam. como vemos nas respostas:

No caso da resposta de P1, a falta de tempo para aprofundar conhecimentos em Artes devido à limitação de 50 minutos semanais é apontada como uma dificuldade significativa. Já o P2 expressou a preocupação com a possível redução da carga horária da disciplina. Por outro lado, P3 demonstra expectativa, desejando que o componente Artes tenha mais tempo no currículo e, adicionalmente, uma formação especializada seja disponibilizada como opção para os professores interessados. Perceber-se por meio das respostas que é unânime a falta de tempo para as aulas de arte. Ainda, é apontado pela P3, que a redução da carga horária reduziu também a dedicação nos conteúdos, por isso destaca a necessidade de mais tempo para que os conteúdos sejam também mais aprofundados.

Ao ler as respostas podemos pensar que as pequenas ações e detalhes precisos que um professor emprega em sua prática docente requerem tempo, seja no momento de planejamento ou na sala de aula, como bem destacam os docentes. Neste contexto, um período de 50 minutos é muito pouco para a gama de conhecimentos que podem ser construídos nas aulas de Arte. Ainda, é preciso lembrar que em meio a prática docente relacionada à especificidade do conteúdo, há também deslocamentos, burocracias e tempos de diálogo, tudo isso integra o fazer docente e a sala de aula. O professor não apenas compartilha informações, mas também demonstra um compromisso com a importância do trabalho que está sendo realizado e o lugar crucial que ele ocupa na formação dos alunos. Desta forma o tempo se torna algo essencial para a qualidade nos processos de ensino e aprendizagem.

Questão: Os alunos comentam algo sobre as mudanças ocorridas? Se sim, fale um pouco sobre suas impressões.

A esta pergunta podemos ver uma diferença na forma de organização das escolas a partir das respostas. P1 afirmou que “Na escola como foi bem organizado este processo e eles têm reuniões para entender os itinerários no 9 ° ano, acho que está sendo tranquilo. Não ouvi nenhum comentário contrário.” (P1). Lembrando que P1 leciona em escola particular e talvez por isso possa haver uma diferenciação na forma de organização dos outros participantes por haver uma diferença de recursos e suporte que as escolas particulares podem oferecer.

O participante P2 não ofereceu nenhuma informação específica sobre o que os alunos falaram em relação à reforma.

E, por fim, P3 destaca o que já demonstrou nas outras respostas, sua insatisfação dos alunos e a sensação de estarem “perdidos” com a nova organização, além de mostrarem sentirem falta das aulas de Artes.

As respostas levam a destacar a importância de considerar a variação na forma como diferentes escolas lidam com mudanças e como os alunos reagem a elas. Nota-se que enquanto o relato relacionado à escola privada aponta que os alunos

dos anos finais do Ensino Fundamental participam de reuniões para entender o que e quais são os itinerários ofertados, no relato relacionado à escola pública evidencia-se que os alunos ficaram perdidos com as mudanças e ofertas. Com base nas respostas analisadas, é evidente que existe uma disparidade notável. Isso ressalta uma observação de Masschelein e Simons (2013, p. 68), que argumentam que “desde os anos 1960, estudos após estudos tem sido publicado provando que a escola reproduz as desigualdades sociais existentes e até mesmo cria novas”.

Questão: Como você define o conceito de "itinerário formativo"?

Neste tópico, a intenção foi investigar a compreensão dos educadores em relação ao conceito de itinerário, tendo em mente que a proposta da BNCC abraça uma abordagem abrangente e flexível em relação a esses itinerários. A BNCC estabelece que haja oferta de itinerários educacionais diversos por parte das escolas e esta deve ser guiada considerando a realidade local, as expectativas da comunidade escolar e dos recursos disponíveis em termos de instalações, materiais e pessoal nas redes e instituições educacionais.

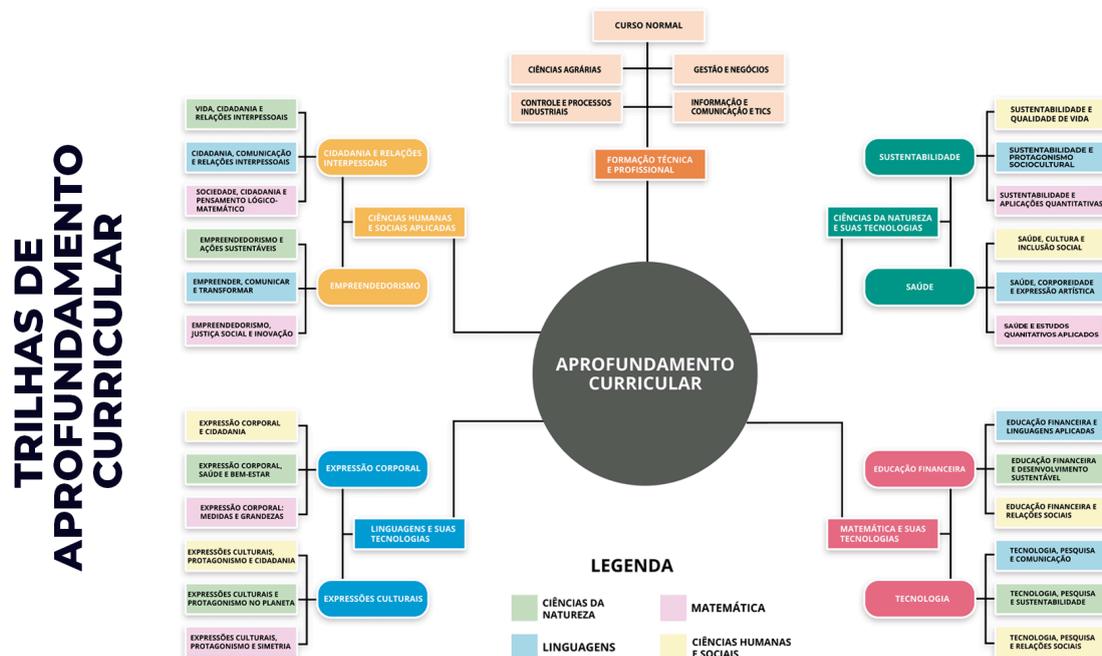
Pensando este contexto P1 definiu o itinerário formativo como “Um percurso diferenciado”. P2 respondeu que “são eixos temáticos”, mas não apresenta algo mais. E, por fim, P3 define como: “Confuso”. Escolhem o que estudar sem saber o conteúdo em si. Vira uma caixa surpresa. Por exemplo, qualidade de vida vira um segundo projeto de vida e ainda tem a disciplina de gênero, dependendo de quem leciona e de qual escola, vira uma coisa repetitiva com muita carga horária” (P3).

Pelas respostas dos docentes pode-se pensar que o entendimento acerca dos itinerários ainda não está claro, ou seja, os docentes talvez não estejam familiarizados com o que, de fato, se propõe com os itinerários formativos. A BNCC aponta os itinerários formativos como parte da formação do adolescente e se caracteriza por estratégias “para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, possibilitando opções de escolha aos estudantes” (BNCC, 2018).

No contexto do ensino público do Rio Grande do Sul, o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio apresenta os itinerários sob a nomenclatura de “Trilhas de aprofundamento”.

Estas, por sua vez, são propostas de trabalho para desenvolver conhecimentos teóricos e práticos acerca de diversos temas. O Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio prevê como Componentes Curriculares obrigatórios: Projeto de Vida, Mundo do Trabalho, Iniciação Científica, Cultura e Tecnologias Digitais. Esses componentes servem de base para que os/as estudantes se sintam preparados/as para realizar a escolha da trilha de aprofundamento das áreas de conhecimento conforme os seus objetivos pessoais e profissionais. A parte diversificada do currículo do Ensino Médio, composta pelos Itinerários Formativos com as respectivas Trilhas de Aprofundamento e pelas Unidades Curriculares Eletivas, tem o objetivo de desenvolver formação integral, autonomia, pensamento científico e pesquisa como pilares essenciais da formação escolar, intelectual, emocional e da preparação para a vida, para o mundo profissional e a sequência nos estudos. (RCGEM, 2023)

Figura 2. Trilhas de aprofundamento curricular - SEDUC



Fonte: [https://ensinomediogaoucho.educacao.rs.gov.br/Assets/images/mapa_trilhas%20\(1\).png](https://ensinomediogaoucho.educacao.rs.gov.br/Assets/images/mapa_trilhas%20(1).png). Acesso em 04 dez 2023.

Com esta flexibilização comparada ao currículo anterior, espera-se que os currículos escolares apresentem, além dos componentes curriculares, momentos em que os alunos possam aprofundar seus estudos em áreas de conhecimento de seu interesse, pensando na sua atuação como cidadão e profissional no futuro. É

importante atentar que, para isso, as instituições necessitam apresentar opções para que os alunos possam escolher aquela opção que mais faz sentido para a sua formação. No entanto, como as respostas indicam, essa abordagem pode se tornar uma dificuldade para os professores. Não é garantido que todos os educadores tenham igual acesso ao suporte necessário para entender e implementar esse novo currículo de maneira eficaz de acordo com as respostas aqui analisadas. Por consequência, os alunos ficam restritos às opções e entendimentos, por vezes limitados, das equipes.

Questão: Quais itinerários formativos a escola oferece para os estudantes?

Por meio desta indagação, buscou-se compreender os itinerários formativos que estão efetivamente sendo implementados na prática educacional nas escolas frequentadas pelos educandos em questão. Tendo em vista que os itinerários desempenham um papel proeminente no novo modelo curricular, sendo concebidos com o propósito de proporcionar uma formação mais personalizada e alinhada às demandas contemporâneas, e específicas da cultura local e das necessidades individuais dos alunos. Em análise a esta pergunta percebe-se que cada docente mencionou dois itinerários distintos, conforme detalhado a seguir:

O docente P1 apontou os itinerários de “Ciências e Internacionalização”. Mas, não fica definido se “ciências” se refere à ciências da natureza, mas pode-se imaginar que seja. Já Internacionalização é um itinerário que se justifica por ser uma instituição bilíngue e a expectativa é de encaminhar os estudantes para seguirem seus estudos no exterior. P2 citou duas áreas de conhecimento como itinerário: “Ciências da Natureza” e “Linguagens e seus Códigos”, assim, entende-se que na instituição há a oferta de itinerários relacionada a estas duas áreas. Ainda, P3 respondeu que em sua instituição estão sendo oferecidos: “Vida, cidadania e relações interpessoais” e “Tecnologia, pesquisa e comunicação”.

Percebe-se nas respostas que nas três instituições os itinerários são distintos, apenas supõe-se que as ciências da natureza estejam em mais de uma instituição. Percebe-se, com a resposta de P1, que as ofertas estão relacionadas com os objetivos ampliados da instituição e ao contexto dos alunos. Apesar de não

deixarem evidentes, pode-se imaginar que os itinerários são definidos em função das intenções institucionais ou, ainda, pela própria estrutura de pessoal e física. Afinal, podem haver itinerários que exigem espaços e profissionais específicos. Contudo, não houve sinalização de que os alunos estejam envolvidos nas escolhas do itinerários, algo que talvez fosse interessante de ser considerado.

Mais uma vez, olhando para o contexto da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, pode-se notar que a coordenação desta rede vem apresentando opções de componentes curriculares que integram as trilhas de aprofundamento das diferentes áreas de conhecimento. Cabendo às instituições escolher qual delas é mais adequada e viável para seu contexto. E vale considerar que essa proposta de itinerários ainda está em fase de implementação, durante esta pesquisa.

Questão: Nos itinerários formativos oferecidos a área de Artes está contemplada?

Esta pergunta visa compreender se os itinerários formativos oferecem uma oportunidade no contexto das Artes nas escolas, considerando a importância dessa área do conhecimento para o desenvolvimento integral dos estudantes. Sendo assim, P1 respondeu que a área de Artes está presente nos dois itinerários, mas não elabora mais sua resposta. Aqui podemos perceber algo que aponta uma dúvida pois na resposta anterior o docente apontou “Ciências” e “Internacionalização” como itinerários. Contudo, em conversa informal com este docente foi relatado que

Neste ano tenho aprofundado no itinerário de Linguagem mais uma visão da linguagem artística por trás dos períodos e de técnicas artísticas como no cinema, fotografia e artes plásticas. E no itinerário de Ciências procuro focar um pouco mais nas técnicas científicas, como na invenção da fotografia. Acabei de construir uma câmera escura com a turma e fotografamos a imagem produzida, invertida com o conceito de física. O professor de física também abordou a parte científica de óptica.

Assim, podemos imaginar que os itinerários são uma proposta interdisciplinar ou há alguma informação não bem esclarecida.

Já P2 teve a resposta concisa e afirmou que a área de Artes está contemplada, sem fornecer muitos detalhes adicionais. Em contraste, P3 relatou que não há a presença do conteúdo de Artes nos itinerários e ainda descreveu o processo de seleção dos itinerários em sua instituição de ensino:

Aqui perto, não sei de escola que tenha. Na hora da votação, fora sistema com erros, havia pouca divulgação do real conteúdo na prática. Assunto não claro, definido a toque de caixa. Nem as próprias escolas modelos, compartilhavam maiores informações e depoimentos. Lembrando que tudo foi imposto ainda sob impacto da pandemia. A burocracia e o papel aceitaram tudo, na prática a realidade foi outra. (P3)

A última resposta aponta um dado interessante, a docente fala de não haver itinerários que envolvam Arte em local próximo de onde ela se encontra, contudo, na relação apresentada pela Secretaria de Estado da Educação, há opções que estão relacionadas à Arte, como por exemplo os componentes propostos sugeridos e elencados abaixo:

A expressão corporal e suas linguagens
 Linguagem Corporal
 Inclusão Social, Práticas Sociais, culturais e esportivas
 Linguagens estruturais e artísticas
 Práticas corporais e cidadania
 Projetos culturais em movimento
 Cidadania e manifestações culturais
 Sociedade, mídia e cultura corporal de movimento
 Culturas em ação
 Diversidade Cultural
 Tempo, espaço e intervenção social
 Expressão e movimento no mundo da cultura
 Manifestações Artísticas e Expressões das culturas populares
 Projetos Autorais e colaborativos
 Identidades Culturais
 Juventudes: Sujeitos e Protagonismos
 Eventos culturais e custo ambiental⁸

O que é significativo ressaltar é que as opções apresentadas pela Secretaria de Estado de Educação são, de fato, opções dentre as quais as instituições escolhem os componentes curriculares, relacionados às Trilhas de Aprofundamento, desejados e mais adequados ao seu contexto.

⁸ Extraído em https://drive.google.com/file/d/1hWsZ_LwrnxzoynNkWhZ3mx6DehlyPmHw/view. Acesso em 11 dez. 2023.

Questão: Em relação ao currículo anterior, você acredita que esta alteração do currículo é uma forma de melhorar a aprendizagem em Arte dos alunos? Por quê?

Buscou-se aqui compreender se as mudanças apontadas, de algum modo, melhoraram, ou poderiam melhorar, a aprendizagem em Arte dos alunos visto que seus conhecimentos poderiam ser ampliados com os itinerários. Nestes aspectos os professores oferecem diferentes perspectivas e opiniões.

P1 disse que "talvez pelo lado de focar nos interesses dos estudantes, mas em Arte não vejo muita alteração. Vejo melhoras no geral, trazendo disciplinas que trabalham diretamente com a construção de conhecimentos mais amplos de vida". Na resposta de P2, que foi um simples e isolado "não", podemos analisar que o educador não percebe que a alteração no currículo tenha melhorado a aprendizagem em Arte dos alunos. A resposta é breve e não fornece uma justificativa específica.

P3 sugere que a perda de espaço no currículo, da disciplina de Arte, pode ter resultado em um impacto negativo. E fala sobre alunos que demonstram interessados em ter Arte:

Chegam no final do fundamental e reclamam que no ano seguinte não terão artes. Muitos esperam que o governo do RS mude isto. Inclusive eu. Tive e ainda tenho alunos querendo ir para magistério e artes na faculdade. Poderiam pensar nestes também, sem falar no mercado de trabalho que pede e valoriza cada vez mais a criatividade e conhecimentos artísticos.(P3)

A contribuição de P3 enfatiza a diminuição da disciplina de Arte no Ensino Médio e aponta que pode ter repercussões significativas na formação dos alunos. Também, aponta que há alunos interessados e que talvez pudessem vir a buscar uma formação em Arte em nível superior. Mesmo discordando com a redução da carga horária de Arte no Ensino Médio como componente curricular, talvez essa fala do docente aponte para uma formação ao que é proposto nos itinerários formativos. Ou seja, criar itinerários que ampliam o conhecimento em Arte de modo a apontar aos alunos outros campos de atuação nos quais o conhecimento em arte pode ser necessário, além de oferecer percursos formativos que são de interesse dos alunos, como sugere as orientações apresentadas nos documentos disponibilizados pela

Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Essa perspectiva amplia o debate sobre a importância da Arte na educação e em contextos mais amplos.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho busquei entender questões que me inquietavam em relação ao ensino de Artes Visuais, em especial no que diz respeito ao Ensino Médio em escolas localizadas no município de Novo Hamburgo. E para tal, comecei buscando entender a história do ensino de Artes no contexto escolar. Com isso compreendi aquilo que durante minha graduação escutei muito dos meus professores, que o espaço das aulas de Artes em ensino formal é historicamente um espaço de luta. O percurso da Arte na escola aponta, desde o início, reivindicações e a busca por atender a demanda de preparar indivíduos para ingressarem no mercado de trabalho. Essas características se perpetuaram ao longo da transformação da educação em Arte como um todo. Ainda, a disciplina, tal como conhecemos hoje por Artes, abarcava conhecimentos de diversas formas de expressão, incluindo Artes Visuais, Teatro, Música e Dança, aspecto que até hoje é pauta urgente no contexto do ensino de Arte. Na nova estrutura, apresentada para o ensino de arte escolar, ainda reverbera essa característica, mesmo com a existência de cursos de formação docente voltados especificamente para cada uma dessas áreas.

Depois de entender os aspectos históricos, se fez necessário analisar como foi organizada a nova proposta de Ensino Médio, em fase de implementação no Brasil. Vale lembrar que esta proposta surge a partir de experiências em outros países, contudo, este fato nem sempre é algo interessante visto que o contexto de realização é distinto, portanto, nem sempre as propostas advindas de outros locais podem ser efetivadas com sucesso. A estrutura do NEM rompe com a abordagem tradicional, possibilitando uma visão mais interdisciplinar no currículo e autonomia por parte das coordenações das escolas. Uma das mudanças fundamentais no Novo Ensino Médio (NEM) e que se tornou um desafio durante esta pesquisa foi entender a organização dos conteúdos que desconstrói a tradicional concepção sob a forma de disciplinas, agora denominadas como componentes curriculares. Além disso, a organização curricular não se estrutura em componentes curriculares e sim áreas de conhecimento às quais abarcam conteúdos de distintos componentes curriculares. Essa transição pode potencialmente representar desafios para escolas que, ao longo de muitos anos, estabeleceram sua estrutura com base na separação

disciplinar. Além de apresentar a estrutura curricular por área de conhecimento, o documento não aponta a formação necessária para o docente que irá atuar em cada área, outra questão a ser problematizada no contexto do ensino de arte mas que não foi foco desta pesquisa

Outro aspecto da pesquisa importante de ressaltar, foi perceber que a Secretária Estadual da Educação do Rio Grande Sul elaborou o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio, disponibilizado em site próprio, com diversos outros documentos, voltado para docentes e alunos com o objetivo de esclarecer questões sobre a implementação do NEM. A partir deste documento foi possível compreender melhor as respostas dos professores nas entrevistas e, inclusive, perceber que há um possível desconhecimento por parte das equipes das instituições e, talvez, a sobrecarga dos docentes interfere na compreensão efetiva da proposta.

Vale lembrar que esta pesquisa está sendo feita em período de implementação e mudanças podem surgir durante esse período de transição, dessa forma é prudente adotar uma postura flexível na interpretação dos resultados, reconhecendo a possibilidade de alterações nas políticas e práticas educacionais à medida que o Novo Ensino Médio se consolida.

Tendo em vista a nova organização curricular que apresenta uma carga horária maior, estrutura o currículo em áreas de conhecimento e, ainda, traz componentes novos (itinerários formativos) para além daqueles que já vinham sendo trabalhados, podem ser destacadas uma série de fatores. A autonomia conferida às instituições para interpretar e adaptar a proposta curricular é um elemento crucial nesse cenário pois permite que cada escola exerça uma abordagem mais flexível e alinhada com suas particularidades. Porém, foi possível notar que não basta ter um currículo flexível, é preciso que as escolas tenham as ferramentas necessárias para que construam um currículo de acordo com sua realidade, com qualidade. A autonomia das escolas e a viabilidade de oferecer aos professores mais horas de estudo, de qualidade sobre a nova implementação curricular, impactam em como essa mudança está sendo entendida pelos docentes, visto que os professores de escolas estaduais que participaram na pesquisa se mostraram desmotivados acerca do modo como foram preparados para a mudança.

Percebeu-se que a atuação das coordenações escolares, especialmente no âmbito das escolas estaduais e o apoio da secretaria da educação são elementos fundamentais. O incentivo à participação de profissionais da administração da rede de ensino nas escolas, para explicar e formar docentes, pode contribuir para um melhor entendimento e aplicação do novo currículo, criando um ambiente propício para a troca de conhecimentos e experiências para que possam repensar o seu fazer.

Em suma, o cenário do NEM nas escolas, hoje, mostra que sua implementação não é resultado de um único fator, mas sim de uma interação complexa de elementos relacionados à autonomia escolar, formação docente, contexto institucional e recursos financeiros, para garantir uma transição mais suave e eficaz para todos os envolvidos no ensino de Artes no Ensino Médio.

Esta pesquisa que iniciou de uma inquietação pessoal, de alguém que está em formação docente e que, em breve, estará em sala de aula como professora de Arte, se mostrou mais complexa do que imaginado. Entender as propostas das normativas para o desenvolvimento do conhecimento pelo aluno ao final da Educação Básica foi algo necessário. Contudo, o cenário atual do Ensino Médio, em meio a essa transição, não parece oferecer um ambiente de trabalho favorável ou motivador para o corpo docente, pois parece não considerar as características dos alunos, do corpo docente e, nem das instituições, tornando o processo de implementação complicado, desmotivador e desgastante para todos os envolvidos. Essa reflexão é essencial para orientar escolhas futuras e direcionar esforços para ambientes educacionais mais condizentes com o desenvolvimento profissional e a satisfação no trabalho. Talvez assim, eu e outros futuros professores de Artes, se sintam desmotivados em atuar nessa etapa da Educação Básica e isso reflita ainda mais nas práticas desenvolvidas no ensino de Arte escolar.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M.(Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez; 2002.

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane G. **Ensino da arte no Brasil: aspectos históricos e metodológicos**. Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP Ensino Fundamental II e Ensino Médio. São Paulo. UNESP, 2011.

Disponível em:

https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40427/3/2ed_art_m1d2.pdf.

Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. **Conselho Nacional da Educação.Parecer CNE/CP nº 11/2009**.

Brasília, DF, 2009. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN112009.pdf?query=M%C3%89DIO Acesso em: 10 ago. 23.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 13 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Etapa do Ensino Médio 4.1 Área das Linguagens-Artes**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio/linguagens-e-suas-tecnologias-no-ensino-medio-competencias-especificas-e-habilidades>. Acesso em 17 mai.2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3/2018**. Brasília, DF, 2018. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf. Acesso em: 15 ago. 23.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio - Perguntas e respostas**. Brasília, DF, 2018. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas> . Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL.SENADO FEDERAL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023

CAMPOS, Maria Tereza R. A. [et al.]. **Multiversos: linguagens**. São Paulo: FTD, 2020.

CARVALHO, Edvaldo do Nascimento. **O componente curricular Arte no contexto do Novo Ensino Médio – abordagem, desafios e perspectivas**. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 39, 18 de out. 2022. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/38/o-componente-curricular-arte-no>

[-contexto-do-novo-ensino-medio-r-abordagem-desafios-e-perspectivas](#). Acesso em: 08 ago. 2022.

CARVALHO, Edvaldo do Nascimento. **O componente curricular Arte nos livros didáticos do Novo Ensino Médio: uma análise da abordagem nos livros de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Publicado 08 jun. de 2021. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/21/o-componente-curricular-arte-nos-livros-didaticos-do-novo-ensino-medio-uma-analise-da-abordagem-nos-livros-de-linguagens-codigos-e-suas-tecnologias>. Acesso em: 07 de out. 2023

Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CP Nº 11/2009. Ementa Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio**. Brasília, DF. 2009. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN112009.pdf?query=M%C3%89DIO. Acesso em: 10 ago. de 2023.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SANTOS, Antonio Edson dos. **A Formação Continuada dos Profissionais Docentes**. Disponível em

<https://www.revistaacademicaonline.com/products/a-formacao-continuada-dos-profissionais-docentes/>. Acesso em 27 nov. 2023.

Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul. **Caderno dos Componentes Obrigatórios: Itinerários Formativos**. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1MBAQC7Y29zsn5o2il7INyKf2mqGh0-xo/view>.

Acesso em 28 dez.2023.

Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul. **Ensino Médio Gaúcho**.

Disponível em <https://ensinomediogaicho.educacao.rs.gov.br/>. Acesso em 11 dez. 2023.

Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul. **Referencial Curricular Gaúcho**. Porto Alegre, RS.2023. Disponível em:

<https://h-curriculo.educacao.rs.gov.br/>. Acesso em 14 jun. 2023.

Reportagem Lei inclui artes visuais, dança, música e teatro no currículo da educação básica. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/03/lei-inclui-artes-visuais-danca-musica-e-teatro-no-curriculo-da-educacao-basica>. Acesso em 15 jan. 2024.

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Entrevista Docentes - Novo Ensino Médio

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: ENSINO DE ARTES VISUAIS NO NOVO ENSINO MÉDIO: o que pensam os docentes?

PESQUISADORA: Débora Gabriela Machado Pedra

ORIENTAÇÃO: Dorcas Janice Weber

Prezado(a) Sr(a)

Estamos desenvolvendo uma pesquisa denominada Ensino de Artes Visuais no Novo Ensino médio: o que pensam os docentes?, realizada por Débora Gabriela Machado Pedra, aluna do curso de Licenciatura em Artes Visuais, como parte do Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação da Prof^a Dr^a Dorcas Janice Weber professora do Departamento de Ensino e Currículo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Você está sendo convidado(a) a participar deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo:

NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade investigar e compreender como o Novo Ensino Médio vem sendo implementado nas escolas.

PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa professores de Artes Visuais atuantes em escolas brasileiras de Ensino Médio.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao participar deste estudo você será convidado a responder questões sobre o Novo Ensino Médio. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida. Sempre que você queira mais informações sobre este estudo podem entrar em contato com Débora pelo e-mail: debora1gabi@hotmail.com.

SOBRE O QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA: Serão solicitadas algumas informações básicas/perguntas sobre ações práticas que são desenvolvidas em sua ação docente, tanto àquelas que se referem ao planejamento como aquelas que ocorrem na sala de aula.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Trataremos todas as informações sem que haja identificação de particularidades de cada entrevistado. Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outros docentes, em atuação ou em formação, de modo que possam construir outras formas de ação docente.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

Desde já, agradecemos a atenção e a da participação. Caso queiram contatar a equipe, isso poderá ser feito pelos emails: debora1gabi@hotmail.com, dorcas.weber@ufrgs.br.